



V Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia

XXX Seminário de Iniciação Científica
XV Salão de Ensino e Extensão
V Mostra da Pós-Graduação Stricto Sensu
IV Seminário de Inovação Tecnológica

De 28 de outubro a
01 de novembro de 2024

INSCRIÇÕES ABERTAS

 UNISC

Título:	ENTREGA VOLUNTÁRIA DE CRIANÇAS PARA ADOÇÃO: A EFICÁCIA DA LEI NA PROTEÇÃO DA MULHER E DO INFANTE		
Autores:	Júlia Maria Pedroso Karina Meneghetti Brendler		
Área	<input type="checkbox"/> Humanas <input checked="" type="checkbox"/> Sociais Aplicadas <input type="checkbox"/> Biológicas e da Saúde <input type="checkbox"/> Exatas, da Terra e Engenharias	Dimensão:	<input checked="" type="checkbox"/> Ensino <input type="checkbox"/> Pesquisa <input type="checkbox"/> Extensão <input type="checkbox"/> Inovação
Resumo:	<p>O presente estudo se dedica à análise da entrega voluntária de crianças à adoção no contexto brasileiro. Seu objetivo abarca uma investigação do sistema de garantias voltado à proteção de mulheres e crianças nesse processo, em conjunto com a efetividade da legislação pertinente. Em seu cerne, busca-se avaliar a aplicação desse sistema na rede de proteção, assim como seus impactos no bem-estar físico e emocional das mães e crianças envolvidas. A problemática subjacente consiste em examinar até que ponto as leis em vigor e o sistema de garantias são eficazes na proteção integral da mulher e da criança participantes da entrega voluntária, considerando aspectos legais, sociais e psicológicos. Para enfrentar essa questão, optou-se por uma abordagem bibliográfica, aliada a um método dedutivo. Neste contexto, a pesquisa realiza uma análise ao longo do tempo sobre o objeto de estudo, com especial ênfase na evolução das práticas de entrega à adoção no Brasil e na eficácia da legislação relacionada ao sistema de proteção à mulher e à criança. Nesta senda, busca-se observar o parto anônimo e o direito ao sigilo e sua legitimidade, com exame do caso real da atriz Klara Castanho, que após um estupro procedeu com a entrega voluntária e foi exposta, ofendida e humilhada perante a sociedade, mesmo realizando-a de forma totalmente legal. Ademais, neste mesmo parâmetro, analisa-se a relevância das entregas responsáveis como alternativa aos crimes de aborto e abandono de</p>		

Site do Evento: www.unisc.br/Mostra



V Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia

XXX Seminário de Iniciação Científica
XV Salão de Ensino e Extensão
V Mostra da Pós-Graduação Stricto Sensu
IV Seminário de Inovação Tecnológica

De 28 de outubro a
01 de novembro de 2024

INSCRIÇÕES ABERTAS

UNISC

incapaz, bem como explora-se como é realizado o direcionamento dos infantes para família substituta legalmente habilitada para adoção. A garantia de proteção dos direitos fundamentais das mulheres e crianças envolvidas na entrega voluntária, assegurando seu bem-estar físico, psicológico e social torna-se de extrema importância e de grande necessidade de aperfeiçoamento. Esta salvaguarda dos direitos fundamentais não apenas visa garantir a integridade desses indivíduos, mas também busca verificar a adequação das disposições legais vigentes. Questões como o consentimento informado, o sigilo e o acesso a serviços de assistência psicossocial são aspectos cruciais a serem considerados, uma vez que uma legislação eficaz não apenas promove a justiça e a equidade, mas também serve como baluarte contra abusos e violações de direitos. Verifica-se assim, que ocorreram avanços significativos na legislação desde os períodos coloniais, quando havia exposição de crianças em rodas, até os dias atuais, onde existe previsão legal para a entrega voluntária, incluindo o direito ao parto anônimo, sigilo e cuidado tanto para a criança quanto para a mulher. No entanto, persistem lacunas críticas, especialmente na falta de capacitação e conhecimento dos profissionais da saúde, assistência social, conselhos tutelares e do judiciário, bem como na aplicação de medidas punitivas contra violações dos direitos das mulheres e crianças envolvidas. A necessidade de simplificação dos processos, juntamente com a divulgação da legislação e implementação de programas de capacitação para os profissionais envolvidos, emerge como condição essencial para a eficácia da justiça e do cumprimento da lei no contexto das entregas voluntárias de crianças para adoção.

Link do Vídeo: <https://drive.google.com/file/d/1cV9-eyZvtf-XqaaMBmj8Ttc3ZW0z0dRC/view?usp=drivesdk>